

À SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 485/2021/CEL/SUPEL/RO - PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 49/2021 e SEI nº 0031.229883/2020-22.

1

ENGEMEDE - SSO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.010.043/0002-55, com sede na Rua Júlio de Castilho, nº 426, Sala 1056, Bairro Centro – CEP: 76.801-130 – Porto Velho/RO, representada pelos advogados: **RENATO JULIANO SERRATE DE ARAÚJO**, OAB/RO 4705, **VANESSA MICHELE ESBER SERRATE**, OAB/RO 3875 e **KRYS KELLEN ARRUDA**, OAB/RO 10096, integrantes da sociedade **ESBER E SERRATE ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Rondônia, sob o nº 048/12, com escritório localizado a Rua Rui Barbosa, 1019, B. Arigolândia, CEP 76.801-196, e-mail: renato@eshr.adv.br e vanessa@eshr.adv.br, telefone: (69) 3301-6650, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, com fulcro no §1º do art. 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, §2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, c/c item 3.1 do instrumento convocatório, apresentar:

IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA

encampada pela legislação vigente e princípios basilares da administração pública, que serão discorridos a seguir:

I – DA TEMPESTIVIDADE

A ora Impugnação que ora se apresenta é tempestiva em consonância no §1º do art. 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, §2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, c/c item 3.1 do instrumento convocatório. Assim, a referida deverá ser recebida, uma vez que fora apresentada dentro do prazo conferido pela Lei.

II – BREVE ESCORÇO DOS FATOS

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO, instaurou o processo licitatório para Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Empresa Especializada para a Elaboração de Laudo Pericial de Insalubridade e Periculosidade, elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas e Unidades vinculadas (Núcleo de Arquivo Oficial, Centro de Perícias Médicas, Núcleo de Perícias Médicas/Ji Paraná e Núcleo de Perícias Médicas/Vilhena), além de órgãos participantes: FEASE, IDARON, FHEMERON, SEDUC, AGEVISA, PM, PGE, CBM e SESAU, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO.

Porém, após análise acurada dos termos do Edital e seus anexos, constatou-se irregularidades, conforme será demonstrado, que necessitam de uma análise adequada pelo corpo técnico competente para possível retificação do instrumento convocatório, motivo pelo qual é oponente e necessária a presente impugnação.

III – DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO PROPRIAMENTE DITAS

A seguir, serão discorridos os fundamentos de fato e de direito que demonstrarão a necessidade de retificação do Edital de Pregão Eletrônico nº 485/2021/CEL/SUPEL, com modificação de itens de forma irregular, assim como, os devidos esclarecimentos aos demais itens, conforme a seguir.

III.1 – DO PRAZO ÍNFINITO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Inicialmente se faz necessário destacar que a futura contratação é para realizar os serviços de:

- **Elaboração de Laudo Pericial de Insalubridade e Periculosidade;**
- **Elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), e**
- **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).**

Os serviços acima mencionados serão realizados no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas e Unidades vinculadas (Núcleo de Arquivo Oficial, Centro de Perícias Médicas, Núcleo de Perícias Médicas/Ji Paraná e Núcleo de Perícias Médicas/Vilhena), além de órgãos participantes disposto no item 2 do Termo de Referência sendo:

2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. FEASE - Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo;
- 2.2. IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia;
- 2.3. FHEMERON - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia;
- 2.4. SEDUC - Secretária de Estado da Educação;
- 2.5. AGEVISA - Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia;
- 2.6. PM - Polícia Militar;
- 2.7. PGE - Procuradoria Geral do Estado;
- 2.8. CBM - Corpo de Bombeiro Militar;
- 2.9. SESAU - Secretaria de Estado da Saúde.

Ato contínuo, o item 5.2 do Termo de Referência informa que os serviços serão divididos de forma regionalizada, sendo em 07 (sete) Lotes:

- **LOTE 1 - Região do Madeira-Mamoré:** Município de Porto Velho - RO; Distrito de Nova Califórnia, Porto Velho - RO; Distrito de Extrema, Porto Velho - RO; Distrito de Rio Pardo, Porto Velho - RO; Distrito de Vista Alegre do Abunã, Porto Velho -RO; Município de Candeias do Jamari - RO; Município de Itapuã do Oeste - RO; Município de Guajará-Mirim - RO; Município de Nova Mamoré - RO e Município de Primavera de Rondônia - RO. Zona da Mata, Vale do Jamari;
- **LOTE 2 - Região da Zona da Mata:** Município de Alta Floresta - RO; Município de Castanheiras - RO; Município de Alto Alegre dos Parecis - RO; Município de Rolim de Moura - RO; Município de Nova Brasilândia - RO; Município de Novo Horizonte do Oeste - RO; Município de Parecis - RO e Município de Santa Luzia d'Oeste. Central;
- **LOTE 3 - Região do Vale do Jamari:** Município de Alto Paraíso - RO; Município de Ariquemes - RO; Município de Cacaúlândia - RO; Município de Campo Novo - RO; Município de Cujubim - RO; Município de Buriões - RO; Município de Machadinho do Oeste - RO;

Município de Monte Negro - RO e Município de Rio Crespo - RO. Vale do Guaporé.

- **LOTE 4 - Região do Cone Sul de RO:** Município de Cabixi - RO; Município de Vilhena - RO; Município de Chupinguaia - RO; Município de Colorado do oeste - RO; Município de Corumbiara - RO; Município de Cerejeiras - RO e Município de Pimenteiras do Oeste - RO;
- **LOTE 5 - Região Central de RO:** Município de Alvorada do Oeste - RO; Município de Ji-paraná - RO; Município de Governador Jorge Teixeira - RO; Município de Jaru - RO; Município de Mirante da Serra - RO; Município de Nova União - RO; Município de Ouro Preto do Oeste - RO; Município de Presidente Médici - RO; Município de São Miguel do Guaporé - RO; Município de Teixeirópolis - RO; Município de Theobroma - RO; Município de Urupá - RO e Município de Vale do Paraíso - RO.
- **LOTE 6 - Região do Café:** Município de Cacoal - RO; Município de Espigão do Oeste - RO; Município de Ministro Andreazza - RO; Município de Pimenta Bueno - RO e Município de São Felipe d'Oeste - RO.
- **LOTE 7 - Região do Vale do Guaporé:** Município de Costa Marques - RO; Município de São Francisco do Guaporé - RO; Município de Seringueiras - RO.

Conforme se vislumbra acima os serviços serão prestados em todo o Estado de Rondônia por uma divisão de 07(sete) Lotes, não se restringindo apenas ao município de Porto Velho.

Diante dessas informações, se faz necessário destacar as exigências presentes no item 9 do Termo de Referência em seu subitem 9.2 que trata a respeito dos prazos de entrega a serem cumpridos por meio das Etapas 1; 2 e 3. Vejamos:

9.2. Do Prazo

9.2.1. A execução dos serviços deverá ter início no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, após a assinatura do Contrato.

9.2.2. A entrega do PPRA, LTCAT e Laudo Pericial de Periculosidade e Insalubridade da SEGEP e unidades vinculadas terá os seguintes prazos:

a) Etapa 1: Em até 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, contados da data de início da execução dos serviços, conforme subitem 8.2.1;

b) Etapa 2: Em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após o Recebimento Definitivo da Etapa 1; e

c) Etapa 3: Em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após o Recebimento Definitivo da Etapa 2.

Nota-se que a alínea a) referente a Etapa 1 remete ao item 8.2.1, assim, vejamos o que dispõe o referido item:

8.2. Das Quantidades

8.2.1. Conforme especificado no subitem 5.2.1.

De igual modo, se faz necessário mencionar os termos do item 5.2.1:

5.2.1. **LOTE 1 - Região do Madeira-Mamoré:** Município de Porto Velho - RO; Distrito de Nova Califórnia, Porto Velho - RO; Distrito de Extrema, Porto Velho - RO; Distrito de Rio Pardo, Porto Velho - RO; Distrito de Vista Alegre do Abunã, Porto Velho - RO; Município de Candeias do Jamari - RO; Município de Itapuã do Oeste - RO; Município de Guajará-Mirim - RO; Município de Nova Mamoré - RO e Município de Primavera de Rondônia - RO.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO LOTE 1	QUANTIDADE
1	Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)	217
2	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)	218
3	Laudos Periciais de Insalubridade e Periculosidade	222

Levando em consideração as informações acima apresentadas, nota-se que a título de exemplo para o Lote 1 serão realizados uma quantidade de 217 (duzentos e dezessete) Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e 218 (duzentos e dezoito) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Tendo em vista que a ora Impugnante é pioneira na prestação dos serviços a serem contratados e possui uma vasta expertise, se faz necessário informar que o prazo ínfimo previsto no item 9.2 é impraticável.

Nota-se, para realizar o levantamento de dados nas unidades é necessário no mínimo um prazo de 60 (sessenta) dias, considerando que ocorrerá a visita em 04 (quatro) unidades por dia, a depender do quantitativo de funcionários e do tamanho do local. Assim como, deverá ter um prazo de igual período, ou seja, no mínimo mais 60 (sessenta) dias, para a elaboração dos documentos (Laudos e Programa) a serem entregues. Desse modo, a futura contratada deverá dispor de no mínimo 120 (cento e vinte) dias para o levantamento de dados, elaboração e posterior entrega dos serviços contratados, sendo totalmente impraticável o prazo previsto no item 9.2 do Termo de Referência.

Desse modo, conforme já informado os serviços serão executados em **TUDO** o estado de Rondônia, conforme distribuição de Lotes, assim, o prazo ínfimo previsto no item 9.2 é totalmente inviável e inexecutável.

Nota-se, caso uma empresa venha a sagrar-se vencedora de todos os lotes do certame, deverá deslocar sua equipe de apoio em todos os pontos do estado de Rondônia, inclusive nos interiores de difíceis acesso, para realizar a coleta de dados e informações necessárias para a elaboração dos estudos e laudos para posterior entrega.

Assim, o prazo ínfimo previsto no instrumento convocatório se torna impraticável para que se possa apresentar todos os serviços a serem contratados no tempo determinado pela Administração. Desse modo, indaga-se:

a) Com base em que levantamento a Administração chegou aos prazos previstos no item 9.2 e subitens?

O presente esclarecimento também se faz necessário, tendo em vista que conforme já informado, a Impugnante realiza cotidianamente os serviços a serem contratados e tem pleno conhecimento que os prazos presentes no item 9.2 não são passíveis de cumprimento.

Diante de todo o exposto, se faz necessário a devida análise pelo setor técnico competente quanto ao ponto impugnado, tendo em vista que o intuito da Impugnante, é que seja disponibilizado pela Administração um prazo dentro dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que o produto a ser entregue demanda tempo, assim como deslocamento para a coleta de informações em todo o estado de Rondônia para sua posterior elaboração e entrega do produto final à Administração.

III.2 – DA ENTREGA DO PRODUTO FINAL POR MEIO FÍSICO

Em análise ao instrumento convocatório, se faz necessário destacar a exigência presente no item 9.1.2 do Termo de Referência, vejamos:

9.1.2. Todos os Laudos e Programas devem ser entregues impressos, em arquivos no formato .pdf gravados em CD, pen drive ou programa desenvolvido pela empresa, no qual as Unidades poderão ter acesso para consultar os Laudos.

(grifo nosso)

Nota-se, o instrumento convocatório traz como exigência a entrega de **TODOS** os Laudos e Programas por meio **IMPRESSO**.

Porém, a referida exigência vai de encontro com o que dispõe a Portaria nº 211 de 11 de abril de 2019, que trata da assinatura e guarda eletrônica dos documentos relacionados à segurança e saúde no trabalho, no qual informa em

seu art. 1º que é considerado válido a utilização de certificado digital para a criação assinatura eletrônica dos documentos como Laudo Pericial de Insalubridade e Periculosidade e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), e posteriormente no §3º do art. 3º informa que a entrega por meio físico é dispensável. Vejamos:

Art. 1º É considerada válida a utilização de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, normatizada por lei específica, para a criação e assinatura eletrônica dos seguintes documentos:

I - Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;

II - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA;

III - Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;

IV - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil - PCMAT;

V - Programa de Proteção Respiratória - PPR;

VI - Atestado de Saúde Ocupacional - ASO;

VII - Programa de Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalhador Rural - PGSSMTR;

VIII - Análise Ergonômica do Trabalho - AET;

IX - Plano de Proteção Radiológica - PRR;

X - Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes com Materiais Perfurocortantes;

XI - certificados ou comprovantes de capacitações contidas nas Normas Regulamentadoras;

XII - laudos que fundamentam todos os documentos previstos neste artigo, a exemplo dos laudos de insalubridade e periculosidade;

XIII - demais documentos exigidos com fundamento no art. 200 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Ato contínuo, o §1º do art. 3º traz a seguinte previsão:

§ 1º Excepcionalmente poderá ser aceita a apresentação do documento em papel quando a geração do mesmo em formato digital se mostrar comprovadamente inviável, seja em razão de sua natureza ou do local onde a fiscalização venha a ser realizada.

Assim, apenas em caráter excepcional será permitido a apresentação dos documentos em meio impresso, quando a Contratante não dispor de meios tecnológicos suficientes para receber os arquivos em meio digital.

Nota-se a preocupação da referida Portaria principalmente em relação ao cuidado com as questões ambientais, uma vez que a entrega dos documentos por meio físico gera várias consequências ao meio ambiente, e se faz necessário destacar a facilidade em se obter os referidos documentos em meio digital, sem ser necessário o documento por meio físico.

Diante do exposto, prezando pelo meio ambiente, assim como, atender as normas ambientais e Portaria nº 211, se faz necessário a devida análise pelo setor técnico competente responsável para verificar a possibilidade em se retificar o edital com a retirada da exigência de apresentação dos documentos por meio impresso, uma vez que todas as Secretarias dispõe de meios eletrônicos para acesso digital aos arquivos, e assim, contribuindo para um equilíbrio ambiental adequado, uma vez que o meio físico é totalmente dispensável e traz inúmeras consequências ambientais.

III.3 – DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DAS ATUALIZAÇÕES NORMATIVAS - SUBSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) PELO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)

Considerando que a presente licitação visa a contratação de empresa especializada para a elaboração, entre outros, do *Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)*, insta informar que em março deste ano foram publicados novos textos de Normas Regulamentadoras, que tratam de importantes atualizações relacionadas à Segurança e Saúde do Trabalho, entre elas, a substituição do Programa de Prevenção de Riscos (PPRA) pelo **Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)**.

Registra-se que, com a atualização das NR 1 e NR 9 (portarias 6.730 e 6.735), houve a inclusão do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e a criação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), contendo todas as disposições, diretrizes, requisitos e medidas gerais a serem seguidas pela gestão empresarial e profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

Além disso, NR 1 passou a determinar que haja um acompanhamento e a tratativa dos riscos identificados nas frentes de serviço, através do plano de ação. Já o PGR deve contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de Segurança e Saúde no Trabalho. A diferença é que no PPRA se tratava principalmente da parte de Higiene e o PGR trata de todos os agentes de risco. **As referidas atualizações entrarão em vigor a partir de janeiro de 2022.**

Sendo assim, considerando que a data de abertura do Pregão Eletrônico nº 485/2021 encontra-se marcada para o dia 29/11/2021, e até a

conclusão de todos os procedimentos e tramites legais desde a disputa até a homologação do certame e a contratação, o que certamente alcançará a data de entrada em vigor das atualizações das Normas Regulamentadoras, faz-se necessário retificar o edital e termo de referência, para que passem a contemplar os novos textos normativos atualizados.

IV – DOS PEDIDOS

Assim, pelas razões de fato e de direito acima expendidas, carreadas de acervo probatório suficiente e que demonstra a necessidade de retificação dos itens no instrumento convocatório, em consonância com o ordenamento jurídico, roga-se:

a) preliminarmente, o recebimento da presente impugnação, conforme item 14.1 e 14.1.1 do instrumento convocatório, uma vez que tempestiva;

b) no mérito, seja conhecida e julgada procedente, retificando o edital nos pontos impugnados, uma vez que conforme demonstrado o prazo previsto no item 9 é ínfimo, assim como, o instrumento convocatório trouxe exigências que vai de encontro com as normas ambientais, no qual deverá ser designando nova data para a realização do certame, com a publicação no mesmo instrumento que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, uma vez que as alterações afetam diretamente a formulação das propostas;

c) no caso de eventual julgamento pela improcedência da impugnação, o que não se espera, tendo em vista tudo o que fora exposto e comprovado neste arrazoado, antecipa-se desde já o pedido de carga do processo para extração de cópias (capa a capa), em caráter de urgência, com vistas a tomar as providências administrativas e judiciais cabíveis.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Porto Velho (RO), 22 de novembro de 2021.



RENATO JULIANO SERRATE DE ARAÚJO
OAB/RO 4705



VANESSA MICHELE ESBER SERRATE
OAB/RO 3875